

ENTRE DEMOCRACIA RACIAL E A CIDADANIA DA POPULAÇÃO NEGRA PÓS - ABOLIÇÃO

Thiago Medeiros Fernandes¹

Resumo: O presente artigo comprehende discutir as tensões sociais e seus desdobramentos nas relações sociais no contexto pós-abolição, partindo do itinerário formativo das organizações negras e suas dissonâncias e consonâncias pelo aporte da educação, com base crucial para uma conscientização racial. Bem como analisar o percurso político e social que abrangeu a Frente Negra Brasileira para o processo de inserção social na sociedade do pós-abolição. Então, a base metodológica contempla uma revisão bibliográfica e periódicos do período. Tal escolha parte de jornais que contemplem sua produção para a comunidade negra, assim como um olhar teórico das relações sociais estabelecidas pela História Social, por uma análise dos sujeitos e suas migrações relacionais para a construção de uma identidade negra por meio da educação. Desta forma, utiliza-se como suporte teórico-conceitual de problematização a *democracia racial* (FERNANDES, 2008), bem como sua análise ancorada pela *memória herdada* (POLLAK, 1992), ambos alicerçam o debate sobre a resistência para o alcance da cidadania da população negra no pós-abolição. Por fim, o quanto as organizações negras pós-abolição foram cruciais na construção da identidade por meio da educação, principalmente no que tange os direitos da cidadania plena na sociedade no contexto da pós-abolição.

Palavras-chave: Organizações Negras. Pós - Abolição. Educação.

BETWEEN RACIAL DEMOCRACY AND THE CITIZENSHIP OF THE BLACK POPULATION IN THE POST-ABOLITION PERIOD

Abstract: This article aims to discuss social tensions and their ramifications within social relations in the post-abolition context, starting from the formative trajectory of Black organizations and their dissonances and consonances through the lens of education, considered a crucial foundation for racial awareness. It also seeks to analyze the political and social path that encompassed the Brazilian Black Front (Frente Negra Brasileira) in the process of social inclusion within post-abolition society. The methodological foundation includes a bibliographic review and periodicals from the time, as well as a theoretical perspective on social relations established by Social History, through an analysis of individuals and their relational migrations in the construction of Black identity through education. The conceptual and theoretical framework draws on the critique of racial democracy (FERNANDES, 2008), as well as its analysis anchored in inherited memory (POLLAK, 1992). Both support the debate on resistance in the pursuit of full citizenship for the Black population in the post-abolition period. Finally, the article highlights how post-abolition Black organizations were crucial

¹Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2152226501618957> . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9211-0957>. E - Mail para contato: kakohistoria@gmail.com.



in the construction of identity through education, particularly concerning the rights of full citizenship in post-abolition society.

Keywords: First. Second. Third. Fourth.

1 Introdução

Diante da total invisibilidade da população negra no período pós-abolição, percebe-se como os aspectos inerentes às origens africana e afro-brasileira estiveram ausentes no processo da constituição do ser na sociedade, sobretudo em relação à aquisição do direito à cidadania da comunidade negra no Brasil. A sociedade brasileira operou um modo de pensamento de democracia racial que produzia uma suposta harmonia entre as relações raciais, enquanto, de fato, estava realizava-se um processo de desafricanização das políticas imigratórias, inviabilizando as africanidades locais e suas possibilidades enquanto constituição de identidade para cidadania.²

Tal pensamento, todavia, estava de acordo com as teorias raciais oriundas do século XIX, que não apenas sustentavam só a ideia de inferioridade, como também respaldava um processo de branqueamento, que reforçava, cada vez mais, a dinâmica do apagamento da identidade negra. Outro elemento que ratificou tal espírito pacífico e “naturalizado” foi a publicação de *Casa-grande & Senzala*, escrito por Gilberto Freyre (1933), que, eufemisticamente, constrói uma possibilidade de narrativa romantizada e de ordem geral de relações harmoniosas entre as três raças. No processo de construção da identidade negra, esse fato permite a elaboração de conceitos dicotômicos baseados na inferioridade e na superioridade (SCHWARCZ, 2012).

Convém analisar, a partir do contexto acima descrito, as diversas formas de manifestações em que a comunidade negra se faz presente no pós-abolição, como referencial identitário de luta e reconhecimento histórico no combate às estruturas sociais instituídas pela Ciência e pelas instituições que impuseram não apenas saberes, mas também campos de inferiorização, pautados em uma herança sociocultural, os quais tiveram destaque no processo de silenciamento e discriminação da cultura africana e afro-brasileira.

² Recorremos aos estudos de Henrique Cunha Júnior (2018), quando evoca as políticas de desafricanização para a compreensão da invisibilidade cultural, política e, sobretudo, social a respeito do processo da teoria do branqueamento fomentado pelas instituições na intervenção com os imigrantes.



Partindo deste debate, o artigo discute, por meio de três tópicos - a) A (re)existência cidadã da população negra pós-abolição; b) Organizações negras no processo de inserção social: à conquista por direitos; e c) A construção da identidade negra no expansionismo da FNB -, o itinerário da constituição da identidade negra evidenciado pelas organizações negras: suas semelhanças e diferenças na formação enquanto instituição coletiva da população negra.

Visa compreender a gênese identitária das organizações negras para inserção social da população negra, as quais são demandas provocadas pelos movimentos sociais do século XIX e pós-abolição. Essas políticas, que suscitam a educação como pilar naquele processo, combatendo o preconceito e a discriminação racial e reconhecendo o pertencimento histórico à comunidade negra, constituem, portanto, os tópicos deste capítulo.

2 A (re)existência cidadã da população negra pós-abolição

A sociedade brasileira do início do século XX ainda refletia a herança da abolição da escravatura, decretada em 1888, e da Proclamação da República, de 1889. Essa sociedade presenciou também a busca da população negra pela legitimação da sua identidade social, visto que as mudanças operadas naqueles séculos, que foram símbolos do marco da liberdade política, econômica e social para a sociedade, representaram, para a população negra, o início da luta por direitos legais. Essa luta não foi benéfica para a população negra; pelo contrário, o sentimento de escravidão e suas consequências ainda estavam encravadas nos diversos estratos sociais e alimentou a falsa sensação de liberdade, que, no fim das contas, não garantia direitos significativos.

Todavia, Nilma Lino Gomes (2017, p. 29) afirma: “deixar de ser um ‘ex-escravo’ ou liberto para ser cidadão, ter direitos iguais, não ser visto como inferior e vivenciar a cidadania plena era o sonho perseguido pela população negra da época”, o qual se tornava, cada vez mais, uma utopia a ser alcançada, principalmente, diante da forte indiferença da sociedade à comunidade negra, a qual era vítima de coerção social e silenciamento dos elementos identitários da cultura africana e afro-brasileira. De fato, alimentavam-se práticas de exclusão e privação de direitos comuns a todos. É neste contexto que se inicia um largo debate para repensar o papel do negro na sociedade após a abolição dos escravizados no Brasil. Como alcançar uma cidadania plena em meio a estereótipos sobre o negro na sociedade?



Conforme Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004), os estudos pós-abolição acrescentaram inquietações emergentes na sociedade, principalmente ao evidenciar parâmetros históricos que reconfiguram à liberdade e à cidadania no âmbito das tessituras da sociedade no pós-abolição. Este fenômeno está delineado pela memória flutuante dos sujeitos que herdam fissuras históricas do processo de escravidão, compreendemos como uma *memória herdada* – o sujeito não viveu os fenômenos históricos do seu espaço-tempo, mas herda seu desdobramento social (POLLAK, 1992).

Muito embora a legislação tenha acabado com o regime escravista, tal inserção social estava distante para a população negra. Esta construção de igualdade racial e acesso aos direitos sociais são demandas reivindicadas pela população negra, assim “o negro brasileiro se organizou e reivindicou a cidadania” (VIEIRA; CORREA, 2022 p. 13).

A população negra foi colocada à margem da sociedade, seja politicamente, em decorrência das limitações da República em relação ao sufrágio e às outras formas de participação política, seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da *teoria do branqueamento*; seja ainda economicamente (ANDREWS, 1991). Tais fatores levaram à construção de um isolamento social velado, quando se tratava de discutir a marginalização das populações negras em diversos setores da sociedade.

Neste processo de construção e legitimação da República, os negros libertos reagem ao cenário de marginalização que lhes era imposto pela sociedade, desenvolvendo aquilo que posteriormente foi designado como início das organizações negras, seus primeiros passos para a afirmação da identidade, criando dezenas de grupos denominados clubes, grêmios ou associações, de caráter assistencialista, recreativo e cultural (DOMINGUES, 2004).

Tal processo foi primordial para a construção do *associativismo negro*, o qual, segundo Jonatas Roque Ribeiro (2019, p. 9), “[...] é entendido como um conjunto de práticas concernentes ao costume de associar e de certificar, ou legitimar, formas de sociabilidade variadas difundidas entre os diversos estratos da população negra”. Neste contexto, diversas associações negras foram criadas nas principais cidades do Brasil. Tais organizações foram fundamentais para agregar elementos de conscientização e articulação racial pautadas no prisma da diversidade desses sujeitos silenciados por conjunturas políticas, econômicas e sociais no pós-abolição. Convém destacar que o termo “raça” é uma construção social, política e cultural, criado nas relações sociais de poder ao



longo do processo histórico. Esse conceito foi ressignificado pelo Movimento Negro (GOMES, 2005).³

Como a população negra não conseguia espaço na sociedade pós-abolição, encontrou outras formas de expressar os seus interesses em comum. Daí surge necessidade de criação de uma imprensa que pudesse atender às demandas sociais diretas das populações negras, para alimentar um sentimento comum a todos, pois é assim que se tem a formação do grupo, a partir do ponto de encontro de correntes de pensamento coletivo das organizações negras que se cruzam e se tornam elementos constitutivos para a *memória coletiva*, conseguindo dispor de laços e interesses convergentes (HALBWACHS, 1990).

Neste anseio, de sentimento em comum, e pautado na luta pela inserção social da população negra, surgem formas de manifestações que se concretizaram no aparecimento de pasquins e jornais direcionados a esse grupo, conhecidos no seu conjunto como *Imprensa Negra* (CARVALHO, 2009). O que seria, de fato, tal significado para a sociedade da época? Qual seria o peso social que essa imprensa teria? Conforme Gilmar Luiz (2010, p. 66), “imprensa Negra compreende o conjunto de jornais criados e mantidos por pessoas negras, direcionados ao público negro para o atendimento de expectativas específicas em defesa de seus interesses”.

A difusão da produção de informações para a população negra serviu não apenas como um veículo para unificar ideias em comum, mas agiu também como um convite para trazer à tona o silêncio e indiferença à cultura negra e afro-brasileira impostos pela sociedade no contexto pós-abolição. Serviu também como propulsor da construção de uma identidade de luta antirracista, caracterizada pelas demandas sociais dos negros no Brasil. De fato, como realça Gomes (2017), os jornais tinham um papel educativo, pois, difundindo a informação, politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos na construção de uma integração na sociedade da época.

Conforme Ana Flávia Magalhães Pinto (2006), com o fim da escravidão, o Rio Grande do Sul foi o estado com a produção jornalística feita por negros que deu sequência na defesa dos interesses do grupo socioracial, com *O Exemplo*, que tinha o escopo de unir o interesse em comum da população negra. O jornal, então, assumiu a função do debate público, apresentando-o para a

³ Os militantes e intelectuais que usam o termo *raça* não o adotam no sentido biológico: eles lhe atribuem um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro, levando em conta as dimensões histórica e cultural a que este nos remete (GOMES, 2005, p. 47).



garantia da coletividade.⁴ Para isso, reafirmava um compromisso com datas comemorativas e acontecimentos de natureza institucional entre essas populações.

Conforme Arilson dos Santos Gomes (2011), a Imprensa Negra Brasileira tem origem no Rio Grande do Sul, pois o jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, é o mais antigo do país, fundado em 1892. Considerando o tempo e o espaço social de cada região do país, o nascimento da Imprensa Negra Brasileira ocorre em um contexto bem heterogêneo. Existem, todavia, elementos convergentes, como as reivindicações já existentes antes da abolição dos escravizados. Tais pensamentos foram alicerces para o desenvolvimento dos primeiros jornais de produção negra no Rio Grande do Sul.

A produção jornalística negra no Rio grande do Sul, citada no trecho, deixa evidente a representação da comunidade negra na participação da sociedade por meio de relatos diários dos acontecimentos pontuais, além de expressar total perspectiva com a inserção do negro na igualdade dos direitos comum a todos os cidadãos brasileiros. Podemos dizer que isso foi o início da conquista dos espaços de poder, trazendo à tona o debate necessário sobre a igualdade racial, formando, desse modo, caminhos para uma luta mais incisiva contra o racismo então impregnado no pós-abolição.

É importante destacar que tal luta já acontecia desde o processo da abolição e jornais já circulavam com interesses da população negra, ou seja, “outros estudos apontaram a existência de jornais voltados para a comunidade afro-descendentes” (CARVALHO, 2009, p. 66). Através da fonte suscitada, é possível perceber que, já antes da abolição, haviam organizações que se ocupavam da difusão de informações para população negra, com vistas à construção da sua identidade para a população negra, consideradas, evidentemente, as limitações que o regime da época impunha. De maneira geral, o auge para uma notoriedade social da Imprensa Negra acontece no ano de 1915, no qual há uma abertura de espaço para a construção também de outros jornais com o mesmo viés ideológico. Certamente, haviam divergências, mas um ponto comum se destaca: a construção de uma instituição para dar voz à população negra.

Apesar disso, no início do século XX, antes mesmo da data que os autores estipulam como marco inicial da Imprensa Negra Paulista, outros folhetins já circulavam. Destaca-se, nesse cenário, o jornal *O Baluarte* (1904), em Campinas, e *O Programador* (1907), na cidade de São Paulo

⁴ Criado em 11 de dezembro de 1892 por um grupo de homens negros que deu início à publicação do jornal *O Exemplo*, primeiro título da imprensa negra gaúcha. A empreitada percorreu 37 anos, encerrando sua atividade em 1930, em virtude de complicações financeiras por causa da quebra da Bolsa de Nova York (PINTO, 2006, 156-157).



(AMORIN, 2020). Outro ponto relevante é a “ideia evolucionista”, que desconsidera as particularidades históricas e concebe um desenvolvimento linear dos periódicos até o engajamento social. Algumas das séries desses periódicos possuem apenas uma edição preservada, mas tiveram sua parcela de contribuição na preparação dos espaços de produção e divulgação de saberes. Foram, portanto, precursores de um espaço de poder para a divulgação da Imprensa Negra (SANTOS, 2007).

Conforme Roger Bastilde (1973), o desenvolvimento do periódico representa a transição da reivindicação jornalística à reivindicação política. Isto é, no mosaico de jornais que compõem o que chamamos de Imprensa Negra, nasce o início de uma luta, que traz à tona reivindicações inerentes às demandas sociais da comunidade negra e, por conseguinte, vai ao encontro das pautas de lutas antirracistas que estavam, então, desenhando-se, movidas pelas carências e pelo silenciamento da população negra.

Ou seja, esse itinerário de luta agregava gradualmente novos conceitos até atingir seu caráter de natureza antirracista. Tornava-se, desse modo, cada vez mais incisivo na luta pelos direitos sociais à população negra. De fato, nessa caminhada de luta, a Imprensa Negra contribuiu enormemente na formação dos movimentos do negro na sociedade e traçou caminhos para dar vida ao combate ao racismo e à indiferença social, para garantir à comunidade negra um pertencimento histórico de resistência, de cidadania, de reconhecimento como ser social. Conforme Nilma Lino Gomes (2017), a Imprensa Negra paulista, no aporte das suas distinções, emerge como produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e das condições estruturais da população negra.

A Imprensa Negra teve sua contribuição para legitimar um espírito de equalização social na comunidade negra, assim como, produziu também pensamentos de emancipação sobre a raça, capaz de criar uma âncora de apoio socialmente cultural que contemplava as demandas emergenciais da época. Tais ideais nasceram em uma sociedade republicana que se reafirmava enquanto regime político e importava pensamentos prontos da Europa, no caso a *teoria do branqueamento* - baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos sobre raças “mais adiantadas” e raças “menos adiantadas” (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Conforme Ricardo Ramos (2014, p. 39), o advento da Imprensa Negra paulista “contemplou o anseio da população negra quanto a elaboração e idealização de um grupo que fizesse frente aos demais veículos de grande circulação que ignorava os negros”. Desse modo, tornou-se uma referência de luta identitária na inserção do negro na sociedade, assim como reforçou o combate ao



racismo e à discriminação social reinantes no pós-abolição. Entretanto, o investimento para manter os periódicos em funcionamento era um desafio diante do baixo poder econômico. Dentro de um contexto nacional, outro fator requer atenção: a desigualdade na competição com os imigrantes pelas melhores oportunidades de trabalho, em São Paulo, durante a primeira metade do século XX (SALES, 2014).

Em São Paulo, foi iniciada a criação de jornais, formando a Imprensa Negra paulista, de caráter recreativo, para a constituição de elementos estritamente educativos, sendo possível divulgar e conscientizar uma luta e o início de um projeto antirracista pautado na instrução. Pois, afirma Ricardo Sales (2014), havia um caráter tanto reivindicatório quanto educativo, tendo em vista que esse grupo de intelectuais estava disposto a sensibilizar e articular essas populações na luta pela inserção social. Deste modo, esses jornais constituíram como um importante veículo de comunicação, cujas lideranças iniciaram um trabalho de conscientização e mobilização das populações negras, de valorização da sua identidade e de luta pelo direito de existir (PINTO, 2013).

Para além da reconfiguração social nas relações pela imprensa, a população negra pós-abolição enfrentava um dilema de inserção social, em que precisava, além de boa “reputação”, a necessidade de um bom ofício para se enquadrar na base hegemônica da sociedade. Abdias Nascimento reforça que, por meio da educação, a população negra estabelecia uma consciência negra para combater o racismo imbricado nas estruturas sociais (VIEIRA; CORREA, 2022). Então, “a segregação e o racismo se faziam presentes, entretanto existiam formas de resistência e caminhos para a mobilidade social, dentre os quais a formação escolar e profissional” (VIEIRA; CORREA, p. 9).

A partir desta historicidade estabelecida no pós-abolição, prevaleceu uma reconstituição social na construção da memória dos sujeitos, pois estabeleceu relações de trabalho e social sobre negociações de acesso aos novos direitos civis e políticos para a população negra. São estas congruências que determinam múltiplas formas de racionalização pela via econômica, política e social que, necessariamente, representam desafios na integração das relações conjunturais entre escravidão, racialização e cidadania (RIOS; MATTOS, 2004).

Perante este cenário, a educação passou a ser o ponto principal para o processo de ruptura das práticas de exclusão social que a população negra sofria. Os integrantes da Imprensa Negra entendiam, assim, que a instrução era, naquele contexto, uma importante ferramenta para o desenvolvimento de caminhos concretos de luta na sociedade. Abdias Nascimento reforçava em seu



livro – *O genocídio do povo brasileiro* (2016), o quanto o corpus central para o processo de inserção social da população negra permeava o processo de educação.

Desta forma, a urgência na concepção expõe, nas linhas sociais da população negra, o apelo para a elaboração de um movimento incisivo que surgisse também com ferramentas de execução, através da criação do jornal, focalizando a educação como peça fundamental para conquista do espaço na sociedade.

3 Organizações negras no processo de inserção social: à conquista por direitos

Nesta análise, a Imprensa Negra, ao dar voz à comunidade afro-brasileira, contribui para a gênese de um itinerário de luta. Nesse itinerário, grupos de intelectuais negros deram início à criação de periódicos com o intuito de diminuir a luta entre negros e imigrantes pelas oportunidades de empregos. Tais grupos possuíam um saber fundamental na época para o processo da luta: eram alfabetizados e estavam em uma camada social média. Eram, de fato, apontados como “uma pequena elite intelectual” (SALES, 2014, p. 41).

Deste modo, preparava-se um terreno pautado em ideias implícitas para um projeto antirracista, no qual uma luta direcionada agregava princípios norteadores na sua espinha dorsal, tendo a educação como fonte promissora para as rupturas ideológicas. Afirma Sales (2014, p. 53): “tais instituições surgiram no bojo da Imprensa Negra que pretendia articular um movimento para dar voz à população negra”. Conclui-se, portanto, que estas organizações foram organizadas pela *elite intelectual negra*.

Petrônio José Domingues (2007) estabelece como a primeira fase do Movimento Negro Brasileiro o início do século XX até o Golpe do Estado Novo, em 1937. Nesta fase, destaca-se como referência nacional a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), nascida na cidade de São Paulo, em 1931, com o objetivo de tornar-se um movimento nacional. Em 1936, transforma-se em partido político, agregando multidões e – pelas estimativas de seus dirigentes –, superando o número de 20 mil associados em vários estados brasileiros (DOMINGUES, 2007).

Desta maneira, a FNB exalou uma representatividade nacional, inclusive dos jovens Abdias Nascimento e Sebastião Rodrigues Alves, que compartilhavam uma luta: não aceitavam a



discriminação racial.⁵ Apontada como maior entidade negra do início da metade do século XX, a FNB reunia na sua composição escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, serviço médico e odontológico, cursos de formação de política, de artes e de ofícios (DOMINGUES, 2007; NASCIMENTO, 2018).

Conforme Gomes (2017), a Frente Negra Brasileira tinha também o objetivo de inserir os negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existente na sociedade brasileira daquele período, além de conscientizar politicamente a população negra para uma ação coletiva em busca da conquista do espaço, o qual não fora alcançado no imediato pós-abolição. Foi, de fato, um fator a ser conquistado na base da luta social, em meio às teorias racistas que legitimavam a inferioridade da cultura negra e davam embasamento para a sociedade ser contra a igualdade de direitos raciais no Brasil.

Após 1936, quando a FNB se torna um partido político, *A Voz da Raça* passa a exercer importante papel na difusão dos ideais políticos da população negra (CARVALHO, 2009). Realmente, conseguiu algumas conquistas relativas à participação social das instituições, como relata o sociólogo Ahyas Siss (2003, p. 9), “a Frente Negra Brasileira (FNB) [...] obteve algumas conquistas sociais importantes como por exemplo, a inclusão de afro-brasileiros nos quadros da Guarda Civil de São Paulo, antiga aspiração dos negros paulistas”.

Tais conquistas indicavam um sinal para a legitimação dos direitos e, claramente, abriram caminhos de debates sobre as novas lutas que o Movimento Negro conseguiu agregar ao longo do século XX. Entretanto, a Frente Negra Paulista trazia elementos de natureza integracionista, que caracterizava uma fragmentação ideológica e de caráter nacionalista, diferentemente do Teatro Experimental Negro, que trazia objetivos básicos de luta para, como “resgatar os valores da cultura africana, marginalizados por preconceito à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante” [...] “recuperando-a da perversão etnocêntrica de autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental” (NASCIMENTO, 2016, p. 161).

Para Domingues (2008), a luta pela implementação das ações afirmativas só é possível porque o Movimento Negro deixa, cada vez mais, de ser *culturalista* e passa a fomentar mais

⁵ Abdias Nascimento (1914-2011) já foi descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX. Poeta, escritor, dramaturgo, artista visual e ativista pan-africanista, ele fundou o Teatro Experimental do Negro e o projeto Museu de Arte Negra. Sebastião Rodrigues Alves nasceu na cidade de Guaçuru, Espírito Santo. Sempre voltado para os estudos, Rodrigues Alves concluiu o curso superior de Serviço Social. Disponível: <<https://ipeafro.org.br/>>. Acesso em: 02 de jun. 2025.

veementemente um projeto antirracista, priorizando a política como espaço de ação. Esta progressiva conquista de espaço político-social garantiu à população negra do Brasil um terreno fértil para a reivindicação dos direitos e construiu alicerces políticos sólidos no diálogo com as instituições acerca das pautas da comunidade. Ou seja, na construção de identidade como movimento social, o movimento em si agregava novos objetivos de acordo com as demandas sociais estabelecidas para modelos antirracistas.

Assim, são identificados desafios para a aceitação desses movimentos, dentre os quais podemos situar a adesão política para a legitimação do processo de luta e ação de políticas públicas que fossem porto institucional na construção dos direitos, além de leis que pudessem auxiliar na garantia desses direitos à sociedade. Assim como a questão política que, de início, é colocada em segundo plano como instrumento para o alcance da FNB. Além do mais, vale ressaltar a crítica implícita ao governo que beneficiaria o imigrante em São Paulo (CARVALHO, 2009). Contudo, a solução seria o investimento na educação para alcançar os objetivos almejados pela população negra, nos paradigmas educacionais, pautados na conscientização e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Conforme Ricardo Ramos (2014), a FNB foi uma instituição muito bem organizada, que permitiu a população negra unir suas reivindicações em um só espaço. Além disso, na pauta da sua constituição, agregou a educação como ferramenta de luta social e difusão de instrução para a população negra. A educação caracterizava-se como munição para o esclarecimento e combate à indiferença social que população negra sofria. Arlindo Veiga dos Santos, o primeiro presidente da FNB, nas suas palavras sobre a instituição, ditava as finalidades da FNB como matriz de educação e reeducação; em que se propõe uma formação e preparação para a vida, articulando a população negra (PINTO, 2013).

Percebe-se, claramente, o fomento na dimensão educacional, partindo do negro como alicerce no desenvolvimento dos elementos que reafirmam a sua inserção social. Contudo, a conjunturas sociais (teoria do branqueamento) impõem um empecilho ao processo de garantia dos direitos. Encravadas em uma memória coletiva, formalizadas, principalmente, na indiferença social, tornaram mais árdua e complexa a desconstrução de narrativas engessadas socialmente. Só por meio da educação, através de um trabalho informativo e construtivo de identidade, seria possível alcançar patamares e posições que, efetivamente, dessem poder para viabilizar a luta antirracista.



A FNB, sem dúvida, caracterizava-se como a maior organização da sua época, tanto pela dimensão quanto pelos números de participantes. Desse modo, contemplava claramente ideias heterogêneas que não eram aceitas por todos os integrantes. Afirma Amilcar Araújo Pereira (2011) que a FNB era uma organização com forte caráter nacionalista, cuja estrutura lembrava a de *inclinação fascista*, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em outubro de 1932.

Certamente, o nacionalismo extremo não estava em consenso com algumas lideranças negras da época vinculadas ao grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada*, que circulou entre 1924 e 1932 e cuja líder era José Correia Leite, que também fora fundador da FNB.⁶

Todavia, durante a aprovação do estatuto, devido à inclinação fascista, ele rompeu com a FNB, como conta em seu livro: “Nós do grupo d'*O Clarim d'Alvorada*, no dia em que foram aprovados os estatutos finais, fomos combater porque não concordávamos com as ideias do Arlindo Veiga dos Santos. Era um estatuto copiado do fascismo italiano” (LEITE, 1992, p. 94).

O depoimento de Leite evidencia os sintomas fascistas que estavam em processo de consolidação dentro daquele grupo, demonstrando a fragmentação ideológica dos integrantes, que, nitidamente, discordavam, em meio ao contexto do nascimento de regimes totalitários no mundo. Fundador da FNB, José Correia questionou o apoio da organização aos ideais monárquicos e ao centralismo político, além de acusar os líderes da FNB de monarquistas e integralistas, saindo do comando da associação e fundando paralelamente a Frente Socialista (GOMES, 2011).

Tais ideias eram levantadas com traços autoritários pelo presidente Arlindo Veiga, cuja personalidade forte, como afirma Sales (2014), pode ser notada na maneira como as instituições são criadas: nelas estão sempre uma centralização do poder e o uso de símbolos nacionalistas, como hino, brasão e bandeira. Marcava-se, assim, o caráter heterogêneo que o grupo apresentava diante das divergências das ideologias, as quais perpassaram outros temas, como o fascismo, o comunismo, o nacionalismo e a xenofobia, acentuando mais ainda a divisão do grupo. Conforme Gilmar Luís Carvalho, “[...] o embate entre Arlindo Veiga Santos e José Correia Leite foi claramente uma disputa de poder sobre a hegemonia entre as grandes lideranças negras” (CARVALHO, 2009, p. 177).

⁶ José Correia Leite, nascido em São Paulo, em 1900, foi um ilustre personagem da Imprensa Negra e fundador da FNB, em 1931. Participou da Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954, fundou, em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e, em 1960, participou da fundação da revista *Niger*. Faleceu em 1989. Disponível em: <<https://ael.ifch.unicamp.br/node/448>> . Acesso em : 15 de mai. 2025.

Entre os membros, havia, portanto, dissidências em relação à “inclinação fascista”. Devido à fragmentação ideológica, acredita-se que o movimento se afastou das causas que os unira à África, pois “nós sempre nos afirmamos como brasileiros e assim nos posicionávamos com o pensamento de que os nossos antepassados trabalharam no Brasil, se sacrificaram, lutaram desde Zumbi dos Palmares aos abolicionistas negros, então nós queríamos, nos afirmaríamos, sim, como brasileiros” (BARBOSA, 1998, p. 46).

Percebe-se, pelo excerto, que, na sociedade brasileira de então, a luta por igualdade estava pautada na ideia de “ser brasileiro”, de tal modo que se essa identidade (ser brasileiro) é um fator comum em vários movimentos negros que ganhavam novos significados de lutas ao longo do século XX. Mesmo com as divergências ideológicas entre os seus membros, a FNB foi, sem dúvidas, um movimento com uma notável expressão de ideias que conseguiram angariar espaço para novas conquistas a movimentos que viriam posteriormente.

A FNB não se limitou apenas a São Paulo, mas houve outras organizações que se expressaram com características específicas. Em Salvador, até a década de 30, percebem-se poucas organizações de “gente preta”, como irmandades e algumas associações operárias e benficiantes. Entretanto, nenhuma organização tinha caráter de defesa das pessoas de cor contra os preconceitos raciais (BACELAR, 1996). A Frente Negra da Bahia teve sua fundação em 1932, presidido pelo seu líder e fundador Marcos Rodrigues dos Santos.

A cidade baiana ocorreu diferente de São Paulo, pois foi a favor da ordem social, política e econômica para enquadrar um paradigma tradicional. Enquanto os paulistas sofriam discriminação no mercado de trabalho, eram substituídos por imigrantes. Assim, afrodescendentes paulistanos acreditavam superar tais condições com a profusão dos anos 1930. Em Salvador, contudo, os negros baianos permaneciam numa posição estática, integrados ao trabalho – principalmente autônomo (GOMES, 2011).

Nota-se que ambas as cidades tinham diferentes indicadores no despertar da FNB: na Bahia, como o excerto acima expõe, havia um caráter de ordem social, política e econômica no parâmetro tradicional. Em São Paulo, havia a disputa pelo mercado de trabalho com os imigrantes; mas, em Salvador, tal disputa era tímida, pois o trabalho era, em grande parte, autônomo. Ou seja, como organização negra, os movimentos tinham características em comum; mas fatores políticos e sociais determinavam a criação e a duração de cada movimento emergente no Brasil.



A organização FNB baiana foi passageira, durou aproximadamente cinco meses, mas despertou a comunidade negra soteropolitana para a conscientização da desigualdade entre negros e brancos e a possibilidade de unir os negros para combater o preconceito e a discriminação, ponto crucial para a formação de uma cidadania. Deste modo, a FNB foi um veículo fundamental para trazer à tona, mesmo que timidamente, as insatisfações reprimidas, que revelavam a questão racial e, embora adormecida, tocavam fundo no inconsciente da classe trabalhadora (BACELAR, 1996).

A FNB, cujo centro das ideias nasceu em São Paulo, repercutiu em vários locais no Brasil e, certamente, foi um parâmetro para o nascimento de algumas filiais, em âmbito nacional, na constituição de organizações negras pós-abolição. Portanto, vale ressaltar a heterogeneidade não só dos agentes silenciados dessas organizações, mas também a divergência de natureza ideológica, econômica e social que tais movimentos imprimiam no âmbito local. Conforme Jonatas Roque Ribeiro (2019), a primeira comissão da FNB criada em Minas Gerais foi na cidade de Guaxupé, fundada em 1932.

Neste sentido, percebe-se que a FNB teve características nacionais e suas ideias centrais conseguiram migrar para outros estados, impulsionando a criação de outras filiais. Tal movimento, todavia, não constituiu uma unificação nacional, mas despertou ramificações de poder para a comunidade negra, abriu espaço de fala e construção social. Além disso, pautada na diversidade, educação e luta por direito de uma construção identitária livre das amarras do branqueamento, foi o início da gênese de uma cidadania para a comunidade negra.

4 A construção da identidade negra no expansionismo da FNB

No processo de nascimento e crescimento de organizações negras em âmbito nacional, podem-se detectar as características que cada estado apresenta. No caso de Pernambuco, como evidencia Fátima Aparecida Silva (2008), na cidade de Recife, em 1934, surge a Frente Negra Pernambucana “o movimento que protestava contra a discriminação racial que colocava o negro na posição de ‘inferioridade’ – que defendia a formação intelectual da população negra como estratégia para sair desta condição” (SILVA, 2008, p. 43).

Tais contextos eram diferentes dos princípios norteadores de outros estados, pois convidavam a população negra a sair do marasmo de “inferioridade” e garantir uma base educacional para a conscientização dos seus direitos mesmo diante de injustiças acumuladas simbolicamente e



impostas pelo reflexo pós-abolição na sociedade. Neste sentido, como afirma Silva (2008, p. 44), a base de pensamento estava pautada no lema: “unificar, educar e orientar”.

A Frente Negra de Pernambuco (FNP) teve como líder, além de um dos principais fundadores, José Vicente Rodrigues Lima, o qual teve um papel fundamental para a propagação do movimento, mesmo com o fechamento das organizações negras no contexto mundial com o Estado Novo, no qual a FNP foi transformada, em 1937, em Centro de Cultura Afro-Brasileira.

Todavia, é importante salientar o processo de resistência que os negros pernambucanos tiveram para reinventar a luta diante da censura política, visto que Frente Negra Brasileira, enquanto partido e, naturalmente, organização de caráter político, tivera seus direitos negados diante do regime fechado imposto. Apesar disso, percebemos que o Centro Afro-Brasileiro, em Recife, representa uma entidade de resistência que resiste até os dias atuais (SILVA, 2008), constituindo-se um ícone da luta africana e afro-brasileira, ultrapassando regimes políticos que cerceavam o direito à existência à população negra.

Alguns crivos sociais, políticos e econômicos, foram obstáculos no processo de construção e continuidade de luta para diversas organizações, dentre elas a FNB, tendo em vista a ameaça comunista de 1935, que a torna suspeita devido à sua frequente associação com práticas militares. A FNB foi encerrada com a implantação do Estado Novo, em 1937, pelo presidente Getúlio Vargas, que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, com o Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937; CARVALHO, 2010).

Houve também a Frente Negra no Rio Grande do Sul, movimento que nasceu do reflexo da Imprensa Negra da região, como o jornal *A Alvorada*, pois já contava com um espaço para discutir e reafirmar pautas que agregavam a comunidade negra e traziam uma atmosfera de construção identitária da cultura africana e afro-brasileira. Tornavam-se, desse modo, um veículo direto de conscientização e aprendizado de luta no imaginário da sociedade. Fundada no dia 10 de maio de 1933, a Frente Negra Pelotense tinha como atividades a realização de cursos a comunidade negra, com viés da educação e união (GOMES, 2011).

De fato, a educação também está inserida como pauta na construção identitária para a inserção do negro no meio social. Tal característica caminha ao lado de outros movimentos que ascenderam em contexto nacional. Entretanto, esses movimentos nacionais tendem a divergir entre si devido a fatores distintos típicos do contexto cultural, econômico e social de cada um. Em outras palavras, os contextos de cada região convergem entre si, agregando a cada movimento



características ideológicas particulares, como a inclinação fascista suscitada pela imprensa negra paulista. Apesar disso, pode-se notar que alguns elementos interligam as organizações negras distribuídas no Brasil. Tal situação, de aparentes paradoxos, não impediu que a construção identitária das organizações negras agregassem uma agenda de luta pela busca da identidade negra em meio à imposição da democracia racial.

As organizações sociais negras no Brasil, nesta primeira fase, aportavam para a luta a demarcação do espaço político na sociedade para a população negra. Além disso, agregavam características primordiais na construção identitária, tanto por meio da educação quanto por meio de aspectos políticos inerentes aos conflitos regionais que, inevitavelmente, projetavam-se através de elementos sociais, econômicos e culturais externados por cada localidade específica do Brasil.

Afirma Amilcar Araújo (2011) que tais organizações negras têm como principal ponto em comum a busca pela inclusão do negro na sociedade, com um caráter de transformação da ordem social. Imprimia uma luta que estava em construção, na sua gênese, agregando valores e ideais antirracistas, desmistificando conceitos e aprimorando o que hoje entendemos como Movimento Negro. Essa profusão de ideais estava amadurecendo a construção de ações mais incisivas e criando um percurso para a gênese de outras organizações, todas com o objetivo de constituir os direitos de igualdade racial na sociedade brasileira.

Conforme Joselina da Silva (2003, p. 231), “o novo momento político e econômico da redemocratização após a ditadura Vargas estimulou o aparecimento de manifestações negras de diversas naturezas”. Neste sentido, com o fim da ditadura varguista, o ambiente ficou propício para inúmeras manifestações democráticas, nas quais as organizações negras – que se mantiveram atuante timidamente no Estado Novo – tiveram a oportunidade de reacender o espírito coletivo da comunidade negra. Diversas outras organizações negras foram criadas, como a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental Negro e o Grupo Palmares. Em vista disso, tais organizações negras nasceram como reafirmação identitária para a formação de novas pautas ressignificadas a respeito da comunidade negra, que são oriundas de reflexos das organizações da Imprensa Negra e da FNB.

Conforme Marcos Chor Maio (1999), o século XIX é marcado pela convivência pacífica, no Brasil, entre as raças e etnias (brancos, negros e indígenas), fato que surpreendia viajantes, cientistas, jornalistas e políticos europeus. Devido a esta sensação de paz, o Brasil foi escolhido para participar do Projeto Unesco, cujo intuito era investigar e abrir caminhos teóricos-metodológicos acerca das



relações étnico-raciais no Brasil, precisamente, na década de 40 e 50.⁷ Todavia, esta impressão de “paraíso racial” não condizia com as estruturas sociais nem com suas ideias acerca da cultura africana e afro-brasileira.

Tal perspectiva historiográfica foi combustível para justificar a narrativa de uma harmonia racial existente no Brasil e serviu de base para alimentar a indiferença social contra a comunidade negra, além de trazer a tonalidade de visão otimista diante das conjunturas de enquadramento social pela elite. Gilberto Freyre nessa concepção é o alicerce do ideário da integração racial à brasileira. É a partir deste entendimento que temos o conceito da democracia racial do Brasil.

Para Florestan Fernandes (2008), a democracia racial nasce de uma estratégia de manutenção de privilégios coexistentes na sociedade no pós-abolição, resguardando a superioridade e as posições de mando do branco e condenando disfarçadamente o “homem de cor”. Ou seja, a comunidade negra não era censurada diretamente, mas também não era aceita sem restrições, o que, decerto, estava vinculado ao processo de apagamento oriundo da ação massiva do racismo e da discriminação racial.

Por tudo isso, portanto, tal perspectiva de democracia racial obtém um dinamismo pautado nas abordagens de sustentação da imposição social, atravessado por meio de conjunturas peculiares imbricadas na sociedade, como: a) incapacidade ou a irresponsabilidade do negro aos dramas humanos da “população de cor”, no trato econômico, social e político na estrutura das relações raciais; b) isenção do branco de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais no âmbito coletivo; e c) ressignificação das técnicas de centralizar as relações entre negros e brancos, por meio de exterioridade/aparências dos ajustes raciais. Desenvolvem-se, assim, falácia que alimentam uma falsa consciência de pacificação racial brasileira (FERNANDES, 2008).

5 Considerações Finais

Por tudo isso, portanto, comprehende-se o quanto as organizações negras pós-abolição foram cruciais na construção da identidade negra, principalmente no que tange os direitos da cidadania plena na sociedade no contexto da pós-abolição. Muito embora, salientamos que os movimentos

⁷ “Neste sentido, o Projeto Unesco foi um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acredita ser particular” (MAIO, 1999, p. 142).

sociais que foram disseminados nesse período, como a Frente Negra que teve uma repercussão nacional, evidenciavam divergências ideológicas – pela inclinação fascista de alguns grupos. Contudo, cada região do Brasil tinha um olhar específico quanto à construção da identidade, porém as semelhanças predominantes sempre trouxeram à educação para a conscientização crítica da população negra.

Aqui evidenciamos alguns desdobramentos do poder devastador que a democracia racial estabeleceu no contexto do Brasil pós-abolição, fato que desencadeou um processo de silenciamento da população negra e reacendeu alerta sobre o quanto isso reforçou no imaginário coletivo uma inexistência da comunidade negra quanto à cidadania plena na sociedade após as primeiras décadas do século XX. Isso representou atos de resistência pelas organizações negras e, consequentemente, determinou formas construtivas da memória. Desta maneira, precisamos sempre exercitar a descolonização mental do padrão estrutural colonial imposto às gerações que, até hoje, estão intrínsecos nas relações raciais da sociedade contemporânea, então precisamos reenquadrar diariamente o que foi codificado na mentalidade coletiva sobre tal democracia racial que paira nos discursos evasivos na atualidade.

Referências

AMORIM, Bianca. A Imprensa Negra paulistana como forma de educação entre negros e negras (1889-1929). In: **Anais** [...] XXV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPU-SP. História, desigualdade e diferenças. São Paulo, 2020.

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n° 21, p. 27-48, 1991.

BACELAR, Jeferson. A Frente Negra Brasileira na Bahia. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/ondex.php/afroasia/article/view/20857>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BARBOSA, Márcio (org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombo hoje, 1998.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. Perspectivas: São Paulo, 1973.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei n. 37**, de 2 de dezembro de 1937. Disponível:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2025.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências.** Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

CUNHA JR, Henrique. Bairros negros: identidades e educação. In: CUNHA JR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira; SILVA, Maria Saraiva da. (orgs). **Ações Afirmativas da população negra: o contexto da educação brasileira.** Fortaleza – INESP, Fazer Educativo v. 15, 404 p. 2018.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Ed. Senac, 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo.** Universidade Federal Fluminense, vol. 23, p. 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** o legado da “raça branca”, vol. 1. 5^a Ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Arilson dos Santos. Oásis e desertos no Brasil: da frente negra brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 22, n. 2, p. 131-146, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45439>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

GOMES, Arilson dos Santos. O Trabalhismo e o Movimento social Negro brasileiro (1943-1958). **Dossiê História da África no Brasil: ensino e historiografia.** v. 4. N. 2. Edição 08 – **Temporalidades**, Belo Horizonte, ago./dez. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. **Educação Antirracista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: SECAD/MEC, 2005 [Coleção Educação Para todos].

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALBWCHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira Científica Social – RBCS.** Vol. 14, n° 41. out. 1999.

NASCIMENTO, Abdias do (1914-2011). **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Invenção da liberdade:** o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I centenário da abolição (1894). Dissertação – Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras do Centro de Humanidades da 207 Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, Quixadá/CE, 2018.

PEREIRA, Amilcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil. **Cadernos de história**, PUC- Minas. DOI: 10.5752/p. 2237-8871, vol. 12, n° 17, p. 25, 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: A Imprensa Negra do século XIX (1833-1899)**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIBEIRO, Jonas Roque. História Social dos Clubes Negros no pós-abolição. In: **Anais [...] 9º ENCONTRO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL**. Florianópolis –SC, 2019.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan-jun, p. 170-198, 2004.

SALES, Ricardo Ramos. **A imprensa Negra Paulista e a educação: um movimento de resistência**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. – 1º ed. – ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Fátima Aparecida. **A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima – Década de 1930**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará- UFC, 2008.

SILVA, Joselina da. A União dos homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n° 2, 2003.

SIQUEIRA, José Jorge. **Entre Orfeu e Xangô: a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil (1944-1968)**. São Paulo: Pallas, 2006.

SISS, Ahyas. Educação, Cidadania e Multiculturalismo. In: **Anais [...] REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 26, 2003, Poços de Caldas. 26ª Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. RJ: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CORREA, Fabiola Maciel. **ABDIAS NASCIMENTO: a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre décadas de 1920 e 1940**. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.



ARTIGO

CENTÚRIAS – REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA
Revista do Programa de Educação Tutorial – PET/MEC
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Recebido em 06 de junho de 2025.

Aceito em 10 de agosto de 2025.

Publicado em 20 de dezembro de 2025.

